

## A REFORMA DO ENSINO MÉDIO PAULISTA E O APARTHEID SOCIAL E EDUCACIONAL<sup>1</sup>

Felipe Alencar<sup>2</sup>

### Resumo<sup>3</sup>

Parte-se do referencial gramsciano de escola unitária para análise da reforma do ensino médio na rede estadual de São Paulo, por meio do programa Inova Educação, componente de todos os itinerários formativos do Novo Ensino Médio. Com base em documentos, indicadores educacionais e da força de trabalho, discursos de agentes privados formuladores do programa e entrevistas com educadores discute-se que a reforma, no contexto de austeridade e informalidade do trabalho, institucionaliza o *apartheid* social e educacional ao destituir conhecimentos da formação escolar visando ao trabalho subalterno.

**Palavra-chave:** Reforma do ensino médio. Inova Educação. Trabalho e educação. Políticas educacionais. Rede estadual paulista.

### LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA SECUNDARIA DE SÃO PAULO Y EL APARTHEID SOCIAL Y EDUCACIONAL

#### Resumen

Utilizamos la referencia gramsciana de la escuela unitaria para analizar la reforma de la enseñanza secundaria en el estado de São Paulo, a través del programa Inova Educação, componente de todos los itinerarios formativos de la Nueva Enseñanza Secundaria. A partir de documentos, indicadores educacionales y de fuerza de trabajo, discursos de los agentes privados que formularon el programa y entrevistas con educadores, se argumenta que la reforma, en un contexto de austeridad e informalidad del trabajo, institucionaliza el apartheid social y educacional al remover conocimientos de la educación escolar con vistas a la formación para el trabajo subordinado.

**Palabra clave:** Reforma de la Enseñanza Media. Inova Educação. Trabajo y educación. Políticas educativas. Educación del estado de São Paulo.

### THE SÃO PAULO'S HIGH SCHOOL REFORM AND THE SOCIAL AND EDUCATIONAL APARTHEID

#### Abstract

The study is based on the Gramscian reference of a unitary school to analyse the high school reform in the state of São Paulo, through the Inova Educação programme, a component of all the training itineraries of the New High School. Based on documents, educational and workforce indicators, discourses by the private agents who formulated the programme and interviews with teachers, it is argued that the reform, in the context of austerity and informality of work, institutionalises social and educational apartheid by removing knowledge from school education with the aim to training for subordinate work.

**Keyword:** High School Reform. Inova Educação. Work and education. Educational policies. São Paulo State Education Network.

<sup>1</sup>Artigo recebido em 06/01/2024. Primeira avaliação em 08/04/2024. Segunda avaliação em 26/03/2024. Aprovado em 28/07/2024. Publicado em 07/08/2024.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.61360>

<sup>2</sup>Doutorando e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Pedagogo da Universidade Federal do ABC (UFABC), São Paulo - Brasil.

E-mail: [alencar.felipe@ufabc.edu.br](mailto:alencar.felipe@ufabc.edu.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8382339312873192>.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2011-8941>. Pesquisador da Rede Escola Pública e Universidade (REPU), do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar (Unifesp) e do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação (USP).

<sup>3</sup>Este artigo foi produzido a partir da Dissertação de Mestrado, defendida em março de 2023, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com o título: *Escola pública entre ditames e resistências: Inova Educação na Rede Estadual Paulista* (Alencar, 2023), sob orientação da Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes.

## Introdução

Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que este está marcado pelos signos opostos do *apartheid* ou da revolução social (Oliveira, 2013, p. 119).

O título deste trabalho e a epígrafe do clássico *O ornitorrinco*, de Francisco de Oliveira (2013), sugerem que a atual reforma do ensino médio faz da escola pública um meio pelo qual se relaciona o processo de aprofundamento das desigualdades e da divisão social do trabalho. Nossa perspectiva crítica de análise toma o referencial do marxismo de Antonio Gramsci (2014; 2018) para conceber a escola como parte dos diversos tipos de “instituições de elaboração colegiada da vida cultural” (2018, p. 65, Q 12 § 1),<sup>4</sup> e não isoladamente pedagógica ou como via de formação para inserção profissional, mas por uma atuação conjunta de aparelhos estatais.

Para construir uma história distinta para a formação popular que supere a marca social de formação para a subalternidade, Gramsci propõe um tipo único de escola que conduza a juventude até a escolha profissional para formar pessoas que sejam capazes “de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Gramsci, 2018, p. 87, Q 12 § 2). Na proposta de escola unitária, de currículo integrado, o trabalho é princípio educativo que articula teoria e prática, fundamenta-se nas ciências e na filosofia da práxis, com “uma linha consciente de conduta moral” que contribua “para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (Gramsci, 2018, p. 91, Q 12 § 3).

Sua ideia de escola unitária, elaborada em contraposição à reforma educacional implementada pelo governo fascista italiano, consiste em esforço analítico que contribui decisivamente até os dias atuais para o campo de pesquisa Trabalho-Educação e para a formulação de políticas de educação integral, opostas à escola dualista criticada por educadores democráticos, pelo fato desta promover a cisão entre uma escola que prepara para o mundo do trabalho e outra que promove formação científica e humanista (Moraes, 2023).

Contrariamente à proposta de escola unitária, na Itália de Gramsci e no Brasil de hoje, vivenciamos, com a reforma do ensino médio, uma política educacional que estimula a distinção entre escolas que são destinadas a formar os quadros

---

<sup>4</sup>As citações de escritos de Gramsci (2014; 2018) neste trabalho se referem aos *Quaderni del carcere* indicando-se o *Quaderno* (Q) e o parágrafo (§) em que a citação pode ser localizada. As traduções foram realizadas livremente pelo autor deste artigo.

intelectuais e políticos do país, as do ensino privado, e aquelas que são das classes subalternas, as das redes de ensino público, que devem se preparar tão somente para as chamadas “profissões do novo século”. Nas palavras de Frigotto (2016), trata-se de uma reforma “que legaliza o *apartheid* social na educação no Brasil”.

O objetivo do artigo consiste na análise da implantação da reforma do ensino médio, com ênfase na relação trabalho e educação, na rede estadual de São Paulo, a maior rede pública do país<sup>5</sup> e a primeira rede de ensino a adotar os parâmetros da referida reforma por meio do programa Inova Educação, em maio de 2019. O programa propõe uma nova matriz curricular para o ensino fundamental II e o ensino médio, com inserção de três disciplinas: Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas, como parte diversificada; ampliação do horário de permanência de estudantes nas escolas para 5 horas e 15 minutos; sete aulas por dia; ajuste do tempo de aula de 50 para 45 minutos e previsão de atividades de formação para educadores (São Paulo, 2019). A partir de 2021, os componentes do programa Inova Educação passam a compor todos os itinerários formativos do Novo Ensino Médio paulista.

Para realizar esta discussão, no estudo, intercala-se a fonte documental do programa, em textos escritos e discursos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc) e de agentes privados, com dados relativos à força de trabalho no país, entre 2012-2019, e da demanda educacional na rede estadual paulista, entre 2007-2019. Agregam-se à pesquisa realizados conteúdos de entrevistas,<sup>6</sup> feitas em 2021, com quatro diretores e um professor coordenador, membros do Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD), grupo que reúne comunidades de 15 escolas da rede paulista.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup>A rede estadual paulista atendia, em 2019, um total de 3.656.265 de estudantes nas diferentes etapas e modalidades de ensino, matriculados em 5.681 escolas e contava com 146.464 docentes atuando como efetivos, por contratações temporárias ou pela Consolidação das Leis do Trabalho (INEP, 2020). A magnitude do atendimento na rede sugere que os programas e projetos implementados pela Seduc têm potencialidade de influenciar tanto municípios paulistas, como demais redes estaduais e municipais em âmbito nacional.

<sup>6</sup>Tomou-se cuidado em relação a procedimentos de ética em pesquisa, com termos de anuência das escolas e autorização para gravação das entrevistas. Os nomes das pessoas entrevistadas e das escolas são fictícios. Projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa: nº 45796621.1.0000.5421.

<sup>7</sup>O GEPUD foi criado em 2019, reúne profissionais da educação básica e superior pública (no caso da superior também de instituições privadas) do estado de São Paulo para discutir a relação entre políticas educacionais e práticas escolares. Tem se dedicado ao estudo das propostas educativas da rede estadual paulista e à discussão de sua implementação na prática escolar, orientado pelos princípios constitucionais do direito à educação, da gestão democrática da escola e da qualidade socialmente referenciada da educação pública. Informações sobre o GEPUD estão disponíveis em <[gepud.com.br](http://gepud.com.br)>. Acesso em 15 out. 2021. O processo de resistências e apropriações do GEPUD é retratado em: Alencar; Perrella (2022); e Alencar; Moutinho Jr; Jacomini (2023).

Na tentativa de expor este trabalho e as ideias aqui apresentadas de uma maneira clara, o artigo é dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, o programa Inova Educação e o Novo Ensino Médio paulista são apresentados e discutidos com base em elementos considerados centrais na sua proposta político-pedagógica: a perspectiva de formação para o trabalho e a sustentação da dualidade do ensino, presentes no cerne do programa e da reforma, e que conferem uma marca social para a escola pública. Na segunda parte, contextualizamos que tais medidas se relacionam com mudanças e continuidades na vida da classe subalterna no que diz respeito à informalidade no trabalho, o convívio com a política econômica de austeridade e a negação de direitos. Por fim, na terceira parte, as entrevistas realizadas com educadores da rede paulista, a partir de sua práxis junto às comunidades de estudantes, embasam o argumento de que o sentido da reforma educacional visa ao preparo da juventude para o trabalho subalterno, informal e precário.

### **Dualidade do ensino e formação para o trabalho: onde está a inovação?**

As reformas educacionais ao longo do século XX evidenciaram a dualidade educacional amplamente tratada na literatura. Embora este conceito tenha limitações explicativas para situar as desigualdades e a diversidade da juventude no Brasil, a atual reforma do ensino médio traz à tona a validação desta conceituação para tratar de um processo de longo prazo de democratização da escola pública.

Do ponto de vista analítico, abordar a dualidade do ensino “permite fazer uma primeira incursão sobre a ideia de trajetórias e possibilidades formativas que passam a compor o modo como se organiza o sistema escolar no país” (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023, p. 3) e consideramos profícuo e atual para a caracterização e a crítica do *apartheid* educacional no estudo da implantação da reforma do ensino médio paulista, por meio do programa Inova Educação.

“No papel”, o cerne da proposta para o Inova Educação é anunciado ressaltando mudanças sistêmicas para o conjunto das escolas da rede estadual paulista, nos anos finais do Ensino Fundamental e nos três anos de Ensino Médio, e conteúdos úteis previstos para o futuro, ligados ao marco temporal do “século XXI”:

O Inova Educação tem como objetivo tornar a escola mais conectada com os sonhos e as necessidades dos adolescentes e jovens e os formar para as competências do Século 21. Todos estudantes do ensino fundamental anos finais e do ensino médio terão componentes de Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas. As Eletivas serão escolhidas pelos estudantes, conforme as possibilidades oferecidas pela escola. O novo programa coloca os estudantes no centro do processo de aprendizagem, promovendo seu engajamento e protagonismo. [...] As mudanças têm como objetivo trazer mais sentido para a escola e engajar os estudantes, promovendo a aprendizagem de todos por meio de uma educação integral que trabalhe as competências para o Século 21. A proposta é garantir que o estudante se desenvolva plenamente, tanto a partir de habilidades cognitivas quanto socioemocionais. O programa é uma forma de ampliar para toda a rede as experiências exitosas do Programa Ensino Integral (PEI) e do Escola de Tempo Integral (ETI) e as práticas bem-sucedidas já implementadas por diversas escolas da rede em período parcial (São Paulo, 2019, p. 19-20).

A evidente intencionalidade de mudar a situação presente das escolas está ligada tanto a adequar a formação de estudantes e o trabalho pedagógico em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Paulista, “a fim de incorporar componentes curriculares inovadores e propor estratégias para a incorporação de práticas pedagógicas mais inovadoras e a melhoria do clima escolar” (idem, p. 4) e à obtenção das “metas para o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” (ibidem, p. 16).

Como explicitado no excerto acima, o Inova Educação amplia para a rede estadual o que havia sido experimentado em menor escala nos programas que implantaram o tempo integral na escola, como PEI e ETI. O ETI, implantado em 2006 consiste em atividades em contraturno voltadas para desenvolver protagonismo juvenil por meio da elaboração de projetos autorais para buscar soluções de problemas na escola e na comunidade e conteúdos de Matemática e leitura e produção de textos. Já o PEI propõe uma gestão do sistema de ensino focado em resultados de desempenho de estudantes em avaliações externas, redesenhando a gestão, o currículo e a concepção de educação, além de incidir sobre a remuneração docente prevendo contratos de dedicação exclusiva, por meio do PEI implantaram-se tanto a diversificação curricular, com disciplinas eletivas moldadas sob as competências socioemocionais, bem como instrumentos de funcionamento tipicamente gerenciais como Avaliação 360°.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>A Avaliação 360° “envolve todos os que participam diretamente do processo educativo. Assim, cada professor é avaliado pelos colegas, pelo diretor e pelos professores coordenadores, pelos alunos,

Com o lema “Transformação hoje, inspiração amanhã” a pauta principal do programa se auto anuncia como arrojada. Mas sua adaptação a medidas já existentes, sobretudo em relação ao controle por meio da política curricular e de índice e metas, amplamente criticadas, exibem sua função conservadora de padronização da educação escolar complementada com elementos de flexibilização curricular.

Tal elemento se confirma com a manutenção de programas e projetos anteriores que se justapõem, desde 1995, quando o Governo do Estado de São Paulo é encabeçado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Como a política de avaliação externa, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp), que em 2009 foi associado a bônus de remuneração por resultados para as equipes de educadores das escolas que apresentassem mudanças no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp). Bem como o próprio programa São Paulo Faz Escola, de 2007, que consiste num currículo centralizado distribuído em materiais hiperestruturados, denominados pela Seduc de Cadernos do Aluno e pelas comunidades das escolas de “apostila”, denotando seu caráter fortemente dirigido com sequências de aulas prontas (Perrella; Alencar, 2022). Essas medidas continuam na rede estadual paulista, coexistindo com o Inova Educação.<sup>9</sup>

A respeito de certa complementaridade desta padronização, identifica-se uma dimensão de flexibilização na proposta do programa Inova Educação que consiste nas disciplinas Eletivas, planejadas por docentes e que devem ser expostas no âmbito de cada escola para a escolha de estudantes, como um “cardápio”, no que a Seduc propôs que se denominasse “Feirão das Eletivas” (São Paulo, 2019, p. 24-5). Ao modo da lógica do serviço público atendendo clientes, as disciplinas devem ser executadas somente se os conteúdos forem do desejo do estudante em cursá-las. Nos materiais da Seduc, os conteúdos propostos para as Eletivas indicam que

---

pelo supervisor de ensino e pelo professor coordenador do núcleo pedagógico”. [...] “Desenvolvido no mundo empresarial, esse modelo de avaliação é apresentado como um importante instrumento de aperfeiçoamento profissional, uma vez que possibilita uma avaliação a partir de diferentes sujeitos e variáveis” (Giroto; Jacomini, 2019, p. 94-98).

<sup>9</sup>A complexidade e as contradições da trajetória da política educacional paulista, em seus vários programas e projetos, durante os governos do PSDB em São Paulo, são analisadas em Jacomini & Stoco (2022).

sejam trabalhadas noções como empreendedorismo, educação financeira, competências socioemocionais, liderança e protagonismo juvenil.

Essas determinações, nos termos do programa Inova Educação, tratam-se de um “modelo pedagógico” que modifica os tempos e os currículos do ensino fundamental e médio. Apesar de as alterações previstas para o nível fundamental não serem de menor importância, é no nível médio que elas ocorrem de modo mais dramático.

À medida que foram implantadas, na rede estadual paulista, as adequações estabelecidas pela Reforma do ensino médio, Lei n. 13.415/2017, as disciplinas do programa Inova Educação vieram a integrar todos os itinerários formativos. Mas no âmbito do fatiamento do conhecimento previsto no teor da referida Reforma, segundo a qual uma parte do currículo escolar deve cumprir a BNCC, com disciplinas cujos conteúdos já são comumente ensinados e denominados de “formação geral básica” com o invólucro de “objetivos e direitos de aprendizagem”. E outra parte do currículo, composta por itinerários formativos de áreas do conhecimento escolhidas pelo estudante segundo seus interesses de inserção no trabalho (Brasil, 2017).

Em São Paulo, os itinerários formativos foram divididos: uma parte da carga horária de estudantes é destinada para disciplinas do Inova Educação e outra parte da carga horária é dedicada aos *Aprofundamentos curriculares das áreas do conhecimento*, no qual a educação profissional compõe um desses aprofundamentos.

Durante o período da pandemia de Covid-19, em que as escolas ainda estavam parcialmente esvaziadas em função das medidas de isolamento físico, em junho de 2021, a proposta do chamado “novo ensino médio” foi assim apresentada no *site* da Seduc:<sup>10</sup>

A implementação dos itinerários formativos nas escolas estaduais passa pelos três componentes curriculares propostos pelo Inova Educação (Projeto de Vida, Eletivas, Tecnologia e Inovação) e pelo aprofundamento curricular – apenas na segunda e terceira séries. Este item é composto por quatro opções nas áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) e seis opções de áreas integradas (Linguagens e Matemática, Linguagens e Ciências Humanas,

---

<sup>10</sup>Disponível em <[educacao.sp.gov.br](http://educacao.sp.gov.br)> acesso em 15 jul. 2021.

Linguagens e Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza, além de Ciências Humanas e Ciências da Natureza). O estudante ainda poderá optar pela formação técnica e profissional.

“Ação humana e suas consequências”, “Tradições e heranças culturais”, “A tecnologia nas narrativas das relações sociais”, “Compromissos com o Patrimônio cultural e ambiental”, “Como se tornar um resolvidor de problemas?” e “Com quantas estratégias chegamos a uma solução?” são alguns exemplos de aprofundamento, que variam conforme as áreas de conhecimento e áreas integradas definidas (São Paulo, 2021, s/p).

Os itinerários formativos no ensino médio têm paulatina redução da carga horária de formação geral comum ao longo dos três anos, como prossegue a Seduc:

Na proposta, a divisão de 1.050 horas ocorre desta forma:

1ª série: 900 horas de formação geral básica e 150 horas para os itinerários formativos (Inova Educação)

2ª série: 600 horas de formação geral básica e 450 horas de itinerários formativos (300 horas de aprofundamento curricular + 150 horas do Inova Educação)

3ª série: 300 horas de formação geral básica e 750 horas de itinerários formativos (600 horas de aprofundamento curricular + 150 horas do Inova Educação) (São Paulo, idem).

O argumento utilizado pela equipe da Seduc é equivalente ao utilizado para justificar a implantação da reforma do ensino médio. Nas palavras do então secretário da educação paulista Rossieli Soares: “dar outras opções para os nossos estudantes, para que eles possam querer aprender. [...] É através da competência socioemocional, da motivação, que vamos conseguir engajar mais estudantes” (ibid).

E mesmo uma leitura mais estereotipada de que há rigidez e não há flexibilidade nos currículos e conhecimentos componentes da formação de nível médio, como disse o chefe da Coordenadoria Pedagógica da Seduc, com histórico de empreendedor, Caetano Siqueira: “Desejamos um Ensino Médio menos rígido e mais flexível, voltado ao projeto de vida individual e que contribua ainda mais no caminho escolhido para a sequência da vida” (ibid).

Qual caminho é o escolhido pelo estudante da escola pública? Numa outra sessão de apresentação das reformas na educação paulista, com as quais se relaciona o programa Inova Educação, o ex-secretário estadual de educação de São Paulo Rossieli Soares é explícito:

[...] Ensino médio não é preparatório para vestibular, ele é parte disso para aqueles que têm esse projeto de vida. Mas ele precisa ser um auxílio para a

realização dos sonhos, para a ida para o mercado de trabalho. Nós não podemos simplificar, somente para aqueles que querem ter o caminho para o vestibular que todos têm que seguir exatamente esta mesma trilha (Anúncio sobre o Ensino Médio de São Paulo, 2021).

Assim, a mudança educacional na rede paulista é sustentada pela compreensão do ingresso no mundo do trabalho como um sonho e a continuidade dos estudos na universidade uma atividade para poucos.

Embora pautado pelo protagonismo juvenil nas escolhas, a oferta dos itinerários pelas escolas dependeu, centralmente, das condições materiais das redes de ensino, mais que das aspirações individuais de estudantes para escolherem os itinerários. Como demonstram Cássio e Goulart (2022, p. 528), escolas cujas comunidades possuíam nível socioeconômico mais elevado tiveram maior liberdade de escolha: “a implementação de uma reforma curricular de grandes proporções sem uma alteração substantiva das condições materiais das escolas resulta no reforço de desigualdades escolares que já existem como desigualdades sociais”.

O Inova Educação, por seu turno, visa incluir jovens no mundo do trabalho por meio das competências do século XXI: “As competências para o Século 21 estão relacionadas ao sucesso na vida e a uma inserção mais qualificada em um mercado de trabalho, o qual está em constante mudança em função das transformações tecnológicas” (São Paulo, 2019, p. 22). O programa é ofertado sob aparente aposta no reforço do individualismo e do mérito para atingir o sucesso de inserção no mercado de trabalho.

A combinação do discurso das competências e da flexibilidade como argumento para justificar o hiperfatiamento do conhecimento em itinerários formativos reproduz a limitação prescritiva do currículo e “não permite o aprendizado e o exercício da reflexão com a profundidade que a formação cultural exige” (Silva, 2018, p. 12).

A escola de formação humanista e científica tem seu currículo empobrecido, são esvaziadas suas atribuições de socialização do conhecimento e passa a assumir, sem mediação, a finalidade de formar tão somente para o trabalho. Mas, qual trabalho?

## Trabalho e educação: da austeridade à informalidade contínua

As propostas relativas ao cerne do programa Inova Educação obedecem a um percurso lógico de criação de um novo tipo de jovem com as “competências relevantes para a vida no século XXI” que repetem o seguinte “mantra”:

flexibilidade na escola para oferta de disciplinas do interesse do estudante, desenvolver tomada de decisão, garra, determinação, perseverança, esforço e resiliência, autoconhecimento, autocuidado, autoestima, autoconfiança e autoeficácia (SÃO PAULO, 2019, p. 10).

Elementos todos que compõem o discurso comportamental para induzir a legitimidade da política econômica de austeridade<sup>11</sup> que, após a crise internacional de 2008, voltou a ter destaque no debate econômico.

Com origem na filosofia moral, o termo *austeridade* foi assimilado por economistas para exaltar o comportamento associado a rigor, disciplina, parcimônia e também para repreensão de comportamentos dispendiosos, insaciáveis etc. Em períodos anteriores, como das grandes guerras mundiais, também foi utilizado por governos que buscavam legitimar o racionamento e a regulação do consumo privado em favor da mobilização de recursos para a atuação na guerra. A intuição do argumento é que, em tempos de crise, políticas fiscais restritivas podem ter efeito de aumento do crescimento econômico (Rossi; Dweck; Arantes, 2018).

Nos contornos dos efeitos da contração fiscal, a austeridade pode ser definida por seu instrumento, o ajuste fiscal – em especial o corte de gastos governamentais, e seus objetivos, gerar crescimento e promover equilíbrio das contas públicas (Rossi; Dweck; Arantes, 2018).

No Brasil, é possível afirmar que a austeridade é uma política de longo prazo que está aliada também aos pequenos ciclos econômicos de formação de mercado de trabalho formal, em que coexistem distintos tempos históricos, mas que têm predominância da informalidade: “se no polo dinâmico formalizado há a luta do

---

<sup>11</sup>Cf. Mark Blyth (2020), nos países de subcapitalismo foi implantada uma versão do neoliberalismo que punha a austeridade em primeiro lugar como política do dia, cortesia do consenso de Washington, com medidas que foram reelaboradas por John Williamson. Em países da OCDE, até 1999, não se seguiam essas políticas em grau significativo. Foram instituições sediadas em Washington, como FMI e Banco Mundial, que, de fato, adotaram completamente tais ideias e buscaram testá-las no mundo inteiro, trataram de formular e aplicar para países da América Latina políticas de austeridade durante um período de inflação crônica que se seguiu à crise da dívida da década anterior.

‘trabalhador coletivo’ por direitos que depois se individualizam, na informalidade vigora a luta de indivíduos cuja conquista se materializa coletivamente fora da relação salarial e se espraia” (Secco, 2020b, s/p).

Com o fim da Nova República,<sup>12</sup> que tem como marco o golpe que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, já no primeiro mês de governo, Michel Temer apresentou a proposta de “Novo Regime Fiscal” que se converteu na Emenda Constitucional n. 95/2016 que instituiu uma austeridade permanente, fazendo retroceder 20 anos os poucos avanços do país em termos de consolidação dos direitos sociais (Dweck; Silveira; Rossi, 2018).

Para Fagnani (2018), o período de 2015 a 2018 apresentou ameaças de dissolução do breve e inédito ciclo de construção de uma cidadania no Brasil, iniciado com a Constituição Federal de 1988 e que foi encoberto com o imperativo do ajuste fiscal.

No bojo das recentes medidas de austeridade, a reforma trabalhista, Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, sancionada por Temer, altera de modo significativo o modo de ingresso no trabalho e direitos garantidos, mesmo anteriormente à Constituição de 1988. Parte desse pacote de desmonte foi implantado com vistas a alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sob o discurso hegemônico que aborda a legislação como rígida e incompatível com a contemporaneidade cada vez mais globalizada. Seria possível, com essa alteração, promover geração de empregos, incrementar a produtividade e a competitividade com base na flexibilização das normas das relações de trabalho (CESIT, 2017).

A política econômica de austeridade e a reforma trabalhista possuem correspondência com a reforma do ensino médio, uma das primeiras ações no campo educacional do governo Temer (2016-2018). Com a diminuição progressiva dos recursos disponibilizados para as políticas sociais, todos os níveis de ensino público são atingidos, sobretudo com a abertura para iniciativas de privatização “seja por meio da criação de escolas *charter* (escolas públicas com gestão privada), seja, o que tem se ampliado bastante, por meio da oferta de consultorias ou pela participação em parcerias” (Krawczyk; Ferretti, 2017, p. 42).

---

<sup>12</sup>Caracterizamos o fim da Nova República em consonância com Secco (2020a).

No enfraquecimento do papel público do Estado na regulação e orientação dos sistemas de ensino, agências multilaterais, ONGs e interesses e influências de empresas constituem, separadamente ou em conjunto, alternativas de política para o fracasso do Estado. E, assim, novas redes e comunidades de políticas propagam determinados discursos e conhecimentos e ganham legitimidade e credibilidade.

Ball (2020) denomina este processo de *privatização endógena* que ocorre *através* da política educacional, que confere um crescente e ativo papel de agentes privados na formulação de políticas, no qual

cada vez mais essas empresas atuam como dispositivos de ligação, “intérpretes” de políticas operando entre o Estado e as organizações do setor público – tornando as reformas sensatas e administráveis (Ball, 2020, p. 157-158).

Nesta perspectiva, a escola se mantém pública, estudantes não pagam para ter sua matrícula, o patrimônio segue estatal, mas o conteúdo da escola é, em grande medida, advindo do privado.

Por meio de uma rede política denominada Movimento Inova, promovida pela Seduc com vários agentes privados, que foram os *think tanks* da reforma educacional, a difusão da agenda contrarreformista, com o programa Inova Educação, alcançou amplitude na rede estadual paulista.

No segundo semestre de 2019 foi realizado um evento do Movimento Inova, na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (Efape), com objetivo de promover vivências dos três novos componentes curriculares do programa, contando com a participação de estudantes e equipes das escolas, membros da Seduc, do ex-governador do estado de São Paulo João Dória (PSDB) e de vários palestrantes do setor privado,<sup>13</sup> representantes das fundações empresariais que formularam o Inova Educação e a reforma do ensino médio.

No Movimento Inova, os discursos se pautam pela inserção do léxico do mercado, as formas “educativas” do setor corporativo com palestras motivacionais,

---

<sup>13</sup> Dentre os agentes privados estavam: Ashoka Empreendedores Sociais, Fundação Telefônica, Inspirare, Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Mathema, Microsoft, Mundo Maker, Palavra Aberta, PROA, Quebrando o Tabu, Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa, Reúna, Singularidades e Tríade Educacional.

teor de autoajuda, e defesa do empreendedorismo, da empresa como modelo pedagógico e empobrecimento do currículo para propiciar, de modo antiético, a denominada inovação educativa.

Haroldo Rocha, o ex-secretário executivo de educação de São Paulo, apresentou a perspectiva da Seduc ao implantar o Inova Educação:<sup>14</sup> “2 milhões de estudantes terão uma escola totalmente diferente, mas o prédio vai ser o mesmo”. Enfatiza-se um caráter pragmático de ensinar de acordo com os objetivos individuais dos projetos de vida de estudantes já com previsão de parceria com agentes privados:

Estamos conversando com uma *startup* que é uma espécie de *LinkedIn* para estudantes, para todo mundo fazer seu projeto de vida e ir administrando seu projeto de vida [...] e atuando na escola de acordo com seu projeto de vida (Movimento Inova – Palestra “Educação para o Século XXI, 2019).

Viviane Senna, do Instituto Ayrton Senna, confere à escola o papel de treinamento flexível para o trabalho, caracterizando um momento diferenciado que não é meramente uma evolução na história do capitalismo, de necessidade de reformas escolares para o ajustamento da juventude a esse distinto período.

60% dos alunos que estão sentados hoje nas salas de aula, eles vão trabalhar em empregos que não existem [...]. Como você vai preparar esse aluno para o emprego que você nem sabe que existe, que forma ele vai ter? Não dá para preparar do mesmo jeito, concorda? Eles vão precisar de habilidades como abertura, criatividade, flexibilidade, capacidade de se adaptar a mudanças cada vez num volume maior (Movimento Inova – Palestra “Competências Socioemocionais”, 2019).

Na fala de Anna Penido, coordenadora do Instituto Inspirare, noções de competência, liderança, flexibilidade, trabalho em grupo, capacidade de resolver problemas, de comunicar-se etc são reiteradamente reforçadas como habilidades do mundo do trabalho traduzidas para práticas escolares, utilizando-se da BNCC como validação de uma formação supostamente integral para a atuação no mercado.

A formação para o trabalho hoje demanda mais competências humanas do que simplesmente a operação de apertar botão, de apertar parafuso. A gente precisa formar profissionais, não formar necessariamente um técnico

---

<sup>14</sup> Em junho de 2021 Haroldo Rocha abandonou o cargo de secretário-executivo de educação de São Paulo para assumir função de líder da organização privada denominada Profissão Docente, cujos mantenedores são Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Península e Instituto Unibanco. <[profissaodocente.org.br](http://profissaodocente.org.br)> Acesso em 24 nov. 2022.

em alguma coisa específica [...] (Movimento Inova - Palestra “Adolescências e Juventude”, 2019).

A fala de Débora Garofalo, assessora de tecnologia da Seduc, no referido evento, enfatiza o trabalho com tecnologia associado à criatividade, reiterando que não é necessário aplicar recursos nas escolas. Aponta-se que a mudança passa por conceber o estudante como ponto central, mas prescindindo de condições adequadas de estudo e trabalho.

Trazer uma aprendizagem diferenciada, que envolva criatividade, que envolva inovação, que envolva paixão porque ser criativo também envolve isso, envolver amor. [...] Disponibilizar altos recursos tecnológicos e ambientes virtuais de aprendizagem não garantem aos alunos aprendizagem efetiva. [...] Para ensinar robótica a gente não precisa ter altos recursos, mas a gente precisa ter muita vontade. (Movimento Inova – Palestra “Por uma educação criativa a todos”, 2019)

O Instituto Proa é um dos agentes que incidiu diretamente na disciplina eletiva, propondo uma intersecção com a disciplina projeto de vida. Em sua proposta, importa que a escola ensine estudantes a fazerem seu currículo e os aproximem, o máximo possível, da empresa.

Primeiro começar com eletivas voltadas para o comportamental [...] que possam proporcionar essa entrada no mercado de trabalho. [...] simular entrevistas [...] simulações de dinâmicas. [...] O jovem até consegue ser empregado, mas muitas vezes não consegue se manter. Então a gente investe fortemente na questão comportamental. [...] Uma outra experiência [...] é fazer parcerias com empresas [...] propor uma empresa que receba vocês. [...] Eles [os estudantes] vivenciarem uma empresa. (Movimento Inova – Palestra “Eletivas e sua ligação com o Projeto de Vida”, 2019).

Nesse ajustamento que reside a intencionalidade rebaixada e instrumental da competência de que o jovem precisa, nas palavras das palestrantes do instituto: “como atender telefone”; “como fechar um caixa” (Movimento Inova – Palestra “Eletivas e sua ligação com o Projeto de Vida”, 2019). Com o entrelaçamento das disciplinas Eletivas e Projeto de vida, a primeira ação é o ajustamento comportamental, como já exposto, que tenha a subordinação do trabalho educativo à empresa. O currículo escolar deve ser veículo de uma parte das experiências do ambiente empresarial mais competitivo: a seleção de novos empregados.

Assim, da competição por uma vaga de emprego ao ajustamento comportamental do jovem, a escola pública deve passar a funcionar exatamente como os agentes privados recomendam, sujeitar as propostas pedagógicas ao que o mercado julga relevante para selecionar alguns e excluir muitos.

Se o propósito é inserir o jovem no trabalho, envolvendo-o na proposta de empreendedorismo, a que tipo de trabalho se induz? Vejamos, então, alguns dados da admissão no mundo do trabalho por setor de atividade. Conforme a Tabela 1, há predominância do setor de serviços, seguido pelo comércio, indústria, agricultura, construção e administração pública. Na Tabela 2 constam informações de que há demanda por jovens na força de trabalho, ainda que num contexto de desindustrialização.

**Tabela 1:** Pessoas ocupadas por setor de atividade, Brasil, 2012-2019

Ano	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Administração pública	Serviços	Mal definidas
2012	10.239.474	12.840.330	7.041.963	16.361.987	5.651.481	35.458.360	38.280
2013	9.943.739	12.883.482	7.573.246	16.766.789	5.814.230	36.010.211	7.132
2014	9.551.068	12.937.465	8.001.145	17.389.180	5.802.825	37.082.006	18.769
2015	9.464.348	13.185.619	7.607.102	17.350.248	5.275.042	38.666.314	6.813
2016	9.359.500	11.678.786	7.522.376	17.363.981	5.071.109	39.211.032	9.334
2017	8.606.005	11.342.470	6.809.468	17.142.300	4.919.412	39.745.052	14.109
2018	8.415.290	11.584.438	6.536.846	17.415.981	4.998.167	41.267.376	54.048
2019	8.421.893	11.667.136	6.518.284	17.542.238	5.038.573	42.612.055	62.867

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua/IPEA (1º trimestre).

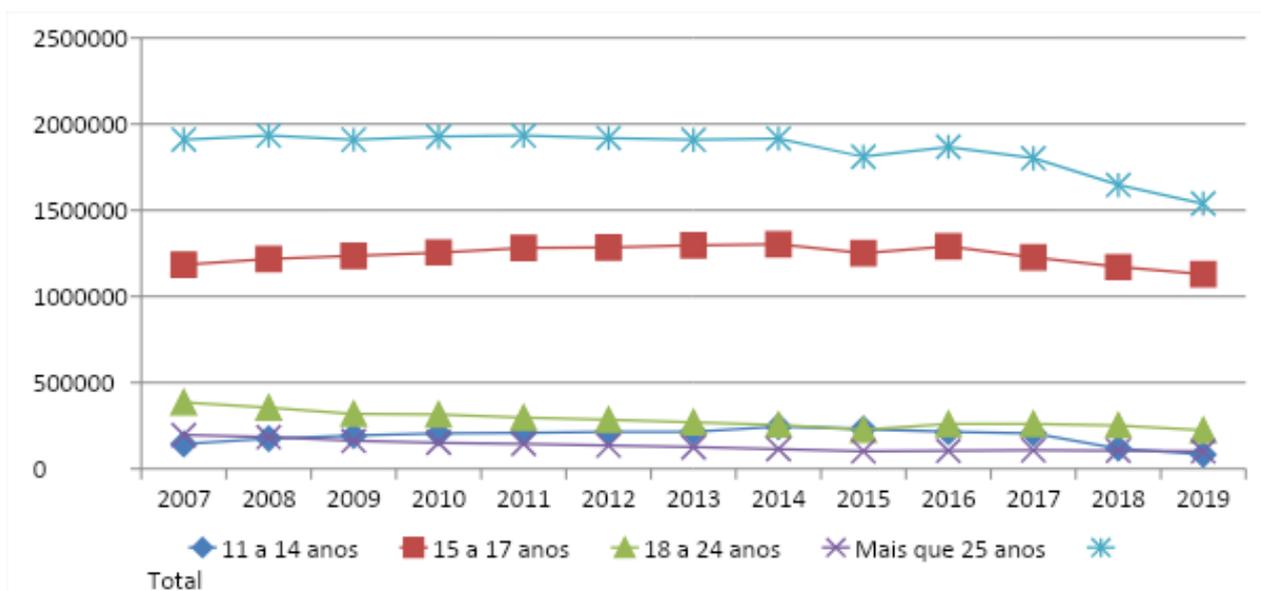
**Tabela 2:** Pessoas na força de trabalho por faixa etária, Brasil, 2012-2019

Ano	14 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos ou mais
2012	19.134.021	70.434.308	5.622.966
2013	18.746.029	72.079.971	5.876.375
2014	18.129.173	73.657.836	5.996.304
2015	17.892.434	75.118.274	6.427.413
2016	18.064.788	76.500.095	6.673.782
2017	18.375.667	77.512.210	6.796.376
2018	18.394.588	78.165.690	7.346.257
2019	18.135.457	79.202.009	7.912.376

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua/IPEA (1º trimestre).

Alguns dados específicos da faixa etária de estudantes da rede estadual paulista fazem-nos crer que estes jovens que ocupam uma cadeira na sala de aula da escola pública também ocupam alguma vaga na força de trabalho, lutando por sua sobrevivência, pois a maioria de estudantes está na faixa etária compreendida entre 15 e 17 anos de idade.

**Gráfico 1:** Faixas etárias de estudantes da rede estadual paulista, 2007-2019



**Fonte:** Censo Escolar. Microdados organizados no Laboratório de Dados Educacionais/UFPR  
<dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/matriculas>

As situações de sobreposição entre trabalho e estudo podem ocorrer em distintos contextos de trajetórias de vida de jovens. Embora há algumas décadas tenha se estendido a permanência de parcela significativa da juventude na escola brasileira, estudar e trabalhar não se configuram como etapas sucessivas, mas concomitantes e tal sobreposição pode significar experiências muito diversas (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Com a proposição do empreendedorismo, como parte dos conteúdos estruturantes do Inova Educação, o tema do trabalho da juventude adquire uma dimensão mais explícita que diz respeito à difusão de uma *cultura empreendedora* que busca “moldar um determinado tipo de personalidade, em tese ajustada ao espírito do capitalismo: concorrencial, individualista, focado na responsabilização das pessoas” (Tommasi; Corrochano, 2020, p. 354).

Deste modo, deparamo-nos com um novo contexto de processos de criação e de transformação dos tipos de ensino que identificam articulação entre mudanças sociais e mudanças educacionais, como designado por Celso Beisiegel (2009), na qual os serviços de educação encontram as determinações de sua evolução circunscritas num processo global de mudanças sociais.

Por sua multidimensionalidade, o processo educativo pode ser investigado sob diversificadas perspectivas e ângulos diferentes: do ponto de vista estritamente

pedagógico, de suas repercussões na economia, dos métodos de ensino. Concordando com Beisiegel (2009, p. 63): “é no campo da política que se esclarecem as suas determinações mais significativas”, porque os vários movimentos de educação “só ganham pleno sentido no âmbito das ideologias em que se exprimem as orientações dos grupos no poder”.

A contextualização com as recentes modificações do ciclo econômico corroboram a apreensão das relações da reforma na educação com dimensões econômicas, ideológicas e sociais como parte de uma luta política mais ampla.

### **Preparo da juventude para o trabalho subalterno**

O programa Inova Educação implica uma adequação do conteúdo da escola às condições econômicas e sociais da sociedade capitalista e da política neoliberal. Visa à preparação para o trabalho subalterno, acentuando a dualidade do ensino e as dificuldades de atuação das classes trabalhadoras, na situação de hiperexploração e subalternidade, visto que as condições delas são “politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes” (Gramsci, 2014, p. 2286, Q 25 § 4).

Disciplinas como Empreendedorismo, Educação Financeira e Economia Criativa, exemplos de disciplinas eletivas do Programa, tornaram-se eixos da política educacional paulista. Elas forjam a ideia de sucesso, mas, na essência, constituem-se em um dos mecanismos da classe dirigente/dominante, por meio dos seus aparelhos de hegemonia, de produzir um consenso em torno de uma formação direcionada a conhecimentos limitados e voltados ao saber-fazer. Em detrimento da apropriação das condições em que se dá este “fazer”.

Embora o vínculo com trabalho se explicita na implantação do programa, uma das medidas organizativas previstas no seu cerne é o reajuste da duração das aulas de 50 para 45 minutos. A inclusão de mais uma aula por dia, resultando em 15 minutos a mais de permanência do estudante na escola.

Para o estudante trabalhador, esta medida foi um problema. Conforme os relatos dos educadores, o aumento de horário de permanência nas escolas foi feito desconsiderando a situação da dupla jornada do estudante trabalhador.

Não deu tempo pra perceber, mas eu tenho certeza que iria chover pedido pra sair mais cedo, assim, vira e mexe os pais vão lá, querem autorização pro filho sair mais cedo (Clarice, Diretora da EE Anis).

Uma boa parte dos estudantes do EM já no 1º ano começam a trabalhar, ou fazem cursos à tarde. Nós da gestão tínhamos vários desafios para implementar como foi. Primeiro problema: passar a ser sete aulas e aumentar o tempo do aluno na escola em mais 15 minutos, passou a sair 12h35. Para que esses estudantes do 1º ano do EM que já tinham problema em sair da escola 12h20 por conta da correria para ir para o seu curso ou ir trabalhar para entrar 13h no serviço. Isso teve um impacto muito grande (Adriana, Diretora da EE Íris).

[...] também mexeu com a vida dos alunos, 80% da nossa escola vêm de bairros periféricos da cidade de Guarulhos. E por quê que eles vêm? A nossa escola está localizada no centro expandido da cidade, eles têm o interesse, é claro que eles se apegam a uma questão de uma nota melhor, de ter estudado numa escola que tem um bom histórico na cidade, mas isso ajuda a vida do aluno porque ele trabalha nas mediações, então ele estuda de manhã na escola e, geralmente, ele pega esses 20 minutinhos finais e ele pede pra ir embora, ele fala assim: “Diretor, eu preciso ir embora”, eu falo: “Por quê que você vai embora meu filho?”, e ele fala o seguinte: “Olha, eu trabalho na loja tal, eu faço estágio na loja tal, eu ajudo tal pessoa”, então, enfim, ali também é um caminho pra ele chegar mais rapidamente ao estágio ou ao trabalho. Então o aluno, antes, ele saía meio dia, agora ele sai... Ele continua saindo meio dia, só que ele perde 35 minutos de aula, antes ele perdia um pedacinho da aula, agora ele perde praticamente a aula inteira, e se você insistir muito e falar assim: “Não, você tem que optar pela escola”, isso promove uma evasão escolar, porque entre o emprego e a escola, esse aluno que necessita ajudar a complementar a renda na sua casa, ele opta por esse emprego, ainda que esse emprego seja um emprego, assim, que não lhe dê as garantias, que seja bem precário (Itamar, Diretor da EE Íris).

Os contextos de vida e de empregos dos jovens estudantes informam a condição de vulnerabilidade socioeconômica, e mesmo a dissociação do próprio programa com a realidade dos jovens da rede estadual paulista. Se o Inova Educação se ornamenta de uma roupagem de ensino flexível, adequado às expectativas dos jovens, o que se manifesta é a dissimulação da coerção da

própria condição do trabalhador sob o capital: o permanente processo de expropriação (da terra e de direitos que subjaz como condição fundamental à produção capitalista de braços ‘livres’ é novamente naturalizado (Fontes, 2018, p. 219).

A implantação da proposta de preparo para o trabalho é revestida pelo tema da disciplina Projeto de vida e pelas competências socioemocionais que levam as comunidades a interpretarem de modo associado ao contexto de crise socioeconômica, aumento de violência e uma indução à passividade dos jovens diante das desigualdades.

E o Inova, eu acho que é essa coisa, ele virou *band-aid* pra Suzano, *band-aid* para as complicações da escola [...]. A sociedade está mudando muito rapidamente, a gente não consegue acompanhar, as redes sociais tiveram um papel fundamental nessa questão, o bolsonarismo com as violências, eu acho que a gente até... A pandemia nos poupou isso, que a gente não saberia como é que estariam nossos alunos, meninos e meninas, assim, né? Com essa beligerância do bolsonarismo de pegar e matar, não sei como é que seria no físico aqui (Nara, Diretora da EE Rosa).

Da resiliência, eu quero cair duro quando eu ouço resiliência: “Não, a gente tem que ser resiliente”, eu: “Ah não, fale tudo menos resiliência gente, né?”, que é esse espaço de conformação do sujeito, ah, aceita tudo, se adapta a tudo, então veio o perrengue, mas se adapte, lide com isso, não é assim gente, tem hora que... Aí eu lembro do Paulo Freire de novo falando da justa ira, tem hora que a gente tem que ficar com raiva, a Seduc não fala de raiva, não fala de medo, não fala de angústia, é tudo *happy*, tudo êêê, todo mundo feliz... (Geraldo, Professor coordenador da EE Dália).

[...] a grande lógica quando você reduz 3.000, que é o que tinha no currículo da nossa escola, pra 1.800 na formação geral básica, eu vejo uma gravidade tremenda, é diminuir o conhecimento dos alunos nos aspectos científicos, é diminuir arte na escola, é diminuir o diálogo e implementar uma proposta tarefaira, ainda que tenha tecnologia implementada, mas é uma tecnologia reduzida a operar os aplicativos, ou seja, às demandas de precariedade que o mercado exige desse novo cidadão, o eu empreendedor, é o pensamento individual, tudo é eu na proposta, e ela simplesmente não é só uma proposta educacional, eu entendo que seja um raciocínio, uma lógica para o novo modelo de sociedade que não garante mais os direitos mínimos para as pessoas, então a escola, ela é espaço, ela é palco pra isso (Itamar, Diretor da EE Íris).

As competências socioemocionais elas têm que ser UM [ênfase] elemento para se pensar a educação, porque vivemos num mundo hoje em que o socioemocional é importante. [...] O centro da educação não tem que ser as competências socioemocionais e a preparação para esse mundo uberizado. [...] Aí vêm esses projetos mirabolantes que invertem: porque nós precisamos ter uma mão-de-obra flexibilizada para se encaixar em qualquer trabalho que tiver, não é formação, é qualquer trabalho. [...] Eu acho que é um modelo de educação que não vai formar nossos estudantes para a necessidade deles, vai formar nossos estudantes para uma necessidade do capital. Você vai estar desempregado, mas você vai ser formado para ser empreendedor se você quiser. Vá lá e empreenda, assim você está bem na vida (Adriana, Diretora da EE Tulipa).

Alguns pontos se destacam nos relatos acima: que o contexto de repressão também possui reproduções no âmbito escolar. Como citado pela diretora Nara, o caso de uma escola estadual na cidade de Suzano onde houve um atentado de atiradores, resultando em estudantes e servidores mortos.<sup>15</sup> Um fato como este marca gerações. Não à toa que os temas da resiliência, da felicidade a qualquer custo permeiam atividades promovidas pela Seduc sob a ideologia de competências

---

<sup>15</sup>O atentado ocorreu em escola estadual na cidade de Suzano que deixou 10 pessoas mortas, incluindo os dois atiradores que eram ex-alunos. Disponível em <[brasil.elpais.com](http://brasil.elpais.com)> Acesso em 11 ago. 2021.

socioemocionais, elemento difundido pelos organismos econômicos vinculados ao capital que induzem a formação de um consenso de que

assim como realizam-se investimentos nas capacidades cognitivas buscando alcançar determinados resultados (o que é sustentado pela teoria do capital humano), também os traços de personalidade poderiam ser alvo de investimento e intervenção no sentido de buscar determinados resultados econômicos e sociais (Accioly; Lamosa, 2021, p. 714).

Pelos depoimentos dos educadores, o programa não se configura como uma abordagem somente pedagógica, mas como a inculcação de uma racionalidade a serviço de uma alternativa política desse contexto de crise que mantenha a exploração da força de trabalho.

Estudantes são observados pelos educadores como membros da comunidade que precisam da escola para a socialização e para instruir seu acesso à cultura e ao emprego. Mas também relatam as contradições a respeito da orientação profissional para um trabalho futuro, quando, na realidade, os jovens já são economicamente ativos com empregos que, embora mal remunerados, contribuem para garantir-lhes sustentação financeira e existência.

[...] é difícil você falar de um emprego melhor pra um adolescente que quer ter as coisas, que precisa trabalhar, que precisa ajudar em casa e que vai ver naquele emprego ali a solução dos problemas dele naquele momento, que é o que importa, aquele momento, viver aquele momento (Clarice, Diretora da EE Anis).

Eu falo porque a escola não é só o conhecimento, a escola é o levantar cedo pra ir se arrumar, é passar o batom, aqui na Terra Firme<sup>16</sup> [bairro periférico onde se localiza a EE Rosa] você viu, nós somos muito ruins de localização, então os meninos passeiam na escola. [...] Aqui ninguém consegue sair pra ir ali porque não tem nada pra ir ali, o ônibus é muito difícil, a condução é cara para os meninos, né? Eu tenho 200 meninos do Bolsa Família, pensa, pobreza, extrema pobreza, de 870 [alunos].... É muita gente... [...] É vinte e cinco por cento da escola que mora mal, então a escola é o evento, essa coisa (Nara, Diretora da EE Rosa).

Este elemento é importante porque as relações do jovem com a produção social são mediadas pelo território da comunidade à qual o jovem pertence. Então centro e periferia são tomados de forma orgânica, pelo fato da escola ser um polo cultural fixo mas com pessoas em trânsito. Ali, o jovem possui parte da sua jornada de interação com o mundo.

---

<sup>16</sup>Nome fictício atribuído ao bairro para evitar identificação da escola e dos sujeitos participantes da pesquisa.

Se o próprio cerne do programa admite que é preciso preparar jovens para profissões ainda inexistentes, por que a intenção de antecipar uma situação vindoura? Ou os agentes privados e políticos formuladores do programa já têm previsão de futuro para os jovens da classe subalterna?

O quanto o Novo Ensino Médio vai corroborar com uma situação que já existe, você entende? Eles já são a mão de obra barata, eles já são os que vão trabalhar [...] sendo mão de obra barata mesmo o resto da vida, e quando a gente pensa empreendedorismo, o máximo que eles vão ter, assim [...] é uma loja de capinha de celular, sabe? (Clarice, Diretora da EE Anis).

O que nos interessa ressaltar é que a condição de classe determina a inserção precoce na População Economicamente Ativa. Condiciona-se não somente o nível de escolaridade, contudo, também, o seu significado, tanto para crianças, jovens, adultos e suas famílias, em contextos nos quais escolhas e não escolhas possuem sua dialética. Mas para as classes subalternas prepondera a opção pelo trabalho (Ferretti, 1988).

No contexto de modificações superestruturais, jurídico-formais do Estado, no que diz respeito ao desmonte de direitos trabalhistas, para Virgínia Fontes (2017) estas se realizam por um duplo movimento de reduzir a intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, quanto de ampliar a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados. Tendo-se como finalidade o preparo para a subordinação direta ao capital, sem a mediação de deveres do patronato para com a classe trabalhadora. Estas ações desembocam na educação uma forma mais incisiva da noção de empreendedorismo que visa ao apoio resolutivo ao empresariado no disciplinamento da força de trabalho, para que seja naturalizado o desemprego não como mais uma ameaça, mas como uma condição normal.

Permanentemente são postos em prática procedimentos empresariais e/ ou políticos para bloquear a emergência das tensões geradas por essas contradições. [...] o estímulo ao *empreendedorismo*, como apagamento jurídico fictício da relação real de subordinação do trabalho ao capital, que se apresenta como igualdade entre... capitalistas, sendo um deles mero "proprietário" de sua própria força de trabalho (Fontes, 2017, p. 50, grifos no original).

O Inova Educação se associa à iniciativa, fomentada por *think tanks* e apoiada pela Seduc, de contribuir com a aceleração da transformação da relação empregatícia com direitos em trabalho isolado diretamente subordinado ao capital,

sem mediação contratual e desprovido de direitos. A intencionalidade tende pela formação de um novo tipo humano resiliente, flexível, autônomo, decidido e capaz de se reinventar para inserir-se num mundo do trabalho de contratos precários, de informalidade, de extensão de horários e com uso intenso da tecnologia.

A introdução do léxico do empreendedorismo transforma a relação da juventude e dos trabalhadores da educação com a atividade educativa de apropriação da cultura humano-histórica para uma simplificação instrutiva de adequação comportamental para ações laborais precárias.

Destaca-se o tipo de conformismo que reforça a condição de subalternidade dos estudantes da rede paulista. O deslocamento do conteúdo para aprendizagem é efetivado por meio da produção de um consenso do fracasso da escola e a solução é apresentada pela privatização também dos processos pedagógicos.

Com o esvaziamento da teoria, a formação da juventude é voltada para práticas e para “escolhas”, para eleição das disciplinas de acordo com a vocação, para busca do emprego precário e conquista do “mercado de trabalho”, demarcações utilizadas para propiciar naturalização das condições de hiperexploração do trabalho precário e do individualismo como única alternativa de melhoria de vida.

### **Considerações finais**

Sob aparência de modernização, inovação e de “competências para o século XXI”, a reforma do ensino médio levada a cabo na rede estadual paulista pretende educar para a incorporação de tecnologias sem saber para que e de onde vieram; para o controle ideológico e emocional característico da contenção social; para o preparo do trabalho subalterno, aprisionando a juventude a um eterno presente, sem refletir sobre o passado e o futuro; para a manutenção da dualidade do ensino, que separa teoria e prática, diminuindo a apreensão e o aprofundamento dos conhecimentos, gerando bloqueios para o acesso à formação na universidade.

Identificamos esta dissimulação do real no cerne do Inova Educação e do Novo Ensino Médio como parte dos objetivos da classe dominante. De uma luta política mais ampla, que tem seu contexto circunscrito pelo processo de desmonte

dos direitos trabalhistas que conduziam a uma certa cidadania salarial, de aumento das desigualdades produzido pela política econômica de austeridade e pela articulação entre neoliberais, conservadores e fascistas na agenda política, ideológica e cultural do país.

O conjunto de retrocessos levado no período simultâneo ao de uma política educacional que, apesar de possuir a inovação na sua denominação, indica um ajustamento e conformismo da juventude à ideologia de competências socioemocionais. Quando os problemas reais eram atravessados pelas desigualdades sociais e a destruição da natureza. Trata-se de uma contrarreforma a serviço do capital sob a égide do neoliberalismo.

Neste cenário de desmonte da educação pública nacional e de violenta invasão do setor privado na educação, é imperativa a *revogação* do Novo Ensino Médio, por este institucionalizar o *apartheid* social e educacional.

Apenas mudanças curriculares não elevam padrões de qualidade do ensino e o desempenho estudantil. São necessários recursos públicos orçamentários para a educação pública, valorização da carreira e da remuneração de educadores, melhores condições de trabalho, escolas bem equipadas, suporte tecnológico, corpo técnico estável e projeto pedagógico integrado e de formação humana de base.

Nessa direção, seria fundamental ampliar o ensino técnico integrado ao ensino médio, uma conquista dos educadores democráticos e dos movimentos populares e sindicais concretizada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Paralelamente, são necessárias políticas relativas às diferentes dimensões da sociedade, pois a qualidade da escola e a aprendizagem de estudantes relacionam-se às condições de vida da população, a seu direito ao trabalho, ao emprego qualificado e bem pago, ao direito à saúde pública, à cultura. O que, por sua vez, exige a reafirmação da democracia no país e a reconstituição dos direitos sociais.

Não basta somente a igualdade de acesso, mas também a igualdade de objetivos intelectuais fundamentais, o acesso universal ao domínio da cultura, da ciência, do conhecimento para que a juventude, a classe trabalhadora e os povos oprimidos possam de fato inovar, com a construção de uma nova hegemonia.

## Referências

ALENCAR, F; PERRELLA, C. S. S. Resistências pela participação democrática na escola pública: experiências da Rede Estadual Paulista. **Revista de Administração Educacional**, v. 13, p. 77-95, 2022.

ALENCAR, F. Escola pública entre ditames e resistências: Inova Educação na Rede Estadual Paulista. 2023. 252 p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ALENCAR, F; MOUTINHO JR, I. O. M; JACOMINI, M. A. Resistências, apropriações e alternativas de escolas ao programa Inova Educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 2, p. 158–180, 2023.

ABRAMO, H; VENTURI, G; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo para uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 39, p. 523-542, 2020.

ACCIOLY, I; LAMOSA, R. As competências socioemocionais na formação da juventude: mecanismos de coerção e consenso frente às transformações no mundo do trabalho e os conflitos sociais no Brasil. **Vértices**, v. 23, n. 3, 2021, p. 706-733.

ANÚNCIO SOBRE O ENSINO MÉDIO DE SÃO PAULO, 2021. 1 vídeo (86 min). Publicado pelo canal Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em <youtube.com\_> Acesso em 08 out. 2021.

BALL, S. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BEISIEGEL, C. R. Cultura do povo e educação popular. In: BARROS, G. N. M. (org.) **Celso de Rui Beisiegel: Professor, Administrador e Pesquisador**. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 55-69.

BLYTH, M. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <planalto.gov.br...>.

CÁSSIO, F; GOULART, D. C. Itinerários formativos e “liberdade de escolha”: Novo Ensino Médio em São Paulo. **Retratos da Escola**, v. 16, p. 509-534, 2022.

CESIT - CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO. **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas: IE/Unicamp, 2017.

DWECK, E; SILVEIRA, F. G; ROSSI, P. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). **Economia para poucos**:

impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 32-56.

FAGNANI, E. Austeridade e Seguridade: a destruição do marco civilizatório brasileiro. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 57-82.

FERRETTI, C. **Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. In **Marx e o Marxismo**, v.5, n.8, jan/jun, 2017, p. 45-67.

FONTES, V. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes? In **Outubro**, n. 31, 2018, p. 217-232.

FRIGOTTO, G. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **ANPEd**. Disponível em: <anped.org.br.>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

GIROTTI, E. D.; JACOMINI, M. A. Entre o discurso da excelência e a lógica do controle: os riscos do Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo. **Rev. Cienc. Educ.**, ano XXI, n. 45, p. 87-113, jul./dez. 2019.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 2014.

GRAMSCI, A. **Quaderno del carcere n. 12**. Roma: Edizione Conoscenza, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses estatísticas da educação básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em <portal.inep.gov.br.> Acesso em 17 out. 2021.

JACOMINI, M; STOCO, S. (Orgs.). **Política e gestão da educação na rede estadual paulista, 1995-2018**. São Paulo: Alameda, 2022.

KRAWCZYK, N; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 33–44, 2017.

MORAES, C. S. V. Trabalho e Educação como pauta do GT Trabalho e Educação da Anped: algumas considerações sobre o campo de pesquisa. **Trabalho Necessário**, v. 21, n. 45, p. 01-26, 2023.

MOVIMENTO INOVA. 26 vídeos (14 horas). Publicado pelo canal **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**, acesso em 07 mar. 2021.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PERRELLA, C. S. S; ALENCAR, F. Gestão para resultados e ações de controle da política educacional paulista. **Educação em Revista**, v. 38, 2022.

ROSSI, P; DWECK, E; ARANTES, F. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 14-31.

SÃO PAULO. *Inova Educação*: transformação hoje, inspiração amanhã. São Paulo: Seduc, 2019. Disponível em <inova.educacao.sp.gov.br\_>. Acesso em 5 fev. 2020.

SÃO PAULO. Seduc. *Educação SP apresenta itinerários formativos para o Novo Ensino Médio*. São Paulo, 2021. Disponível em <educacao.sp.gov.br..\_> acesso em 15 jul. 2021.

SECCO, L. A. Frente Antifascista. In **A Terra é redonda**. São Paulo, 2020a, s/p. Disponível em <aterraeredonda\_> Acesso em 15 jul. 2021.

SECCO, L. A. O sentido da informalidade. In **A Terra é redonda**. São Paulo, 2020b, s/p. Disponível em <aterraeredonda\_> Acesso em 15 jul. 2021.

SILVA, M. R. D. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, p. 1-15, 2018.

SILVA, M. R; KRAWCZYK, N. R.; CALÇADA, G. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e pesquisa**, v. 49, p. 1-18, 2023.

TOMMASI, L; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 353-372, 2020.